

ATENÇÃO

Ao fazer uso das presentes cópias, o interessado deverá:

- mencionar que os respectivos originais pertencem aos autos judiciais provenientes do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO;
- estar ciente das restrições referidas na Lei Federal nº 9.610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais), e nos arts. 138 a 145, do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação;
- solicitar diretamente aos autores ou retratados autorização para utilização de textos ou imagens protegidos por direitos autorais.

NOTA

Os presentes autos judiciais foram digitalizados e microfilmados graças ao convênio celebrado entre a Universidade de Campinas e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com recursos provenientes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Projeto n. 06/57297-1, intitulado "Trabalhadores no Brasil: Identidades, Direitos e Política (séculos XVII a XX)", através do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT), com colaboração técnica do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), que detém as matrizes dos microfilmes.

As reproduções podem ser consultadas nos arquivos das duas instituições conveniadas e os originais, no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

AUDIÊNCIA DIA: 21/6/72

4223 72
422 6 72

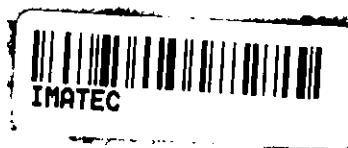
PODERA JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

GILBERTO BARRETO FRAGOSO

TRT. - SP N.° 98/72

13 / 6 / 72

• ROBERTO MELLO RODRIGUES MARTINS



RELATOR: Juiz GILBERTO BARRETO FRAGOSO

REVISOR: Juiz ROBERTO MARIO RODRIGUES MARTINS

ACORDO

DISSÍDIO COLETIVO

ORIGEM: CAPITAL

SUSCITANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS
CERIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO

SUSCITADO: SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS MERCENARIAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO



Ministério do Trabalho e Previdência Social
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO

PROTOFOLIO- 237 147 72

SIND DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADE BENEFICENCIA ORD N 5

TERCEIRAS IRMANDADES RELIGIOSAS DE S. PAULO

MESA REDONDA

Distribuição

TRT



SINDICATO DOS EMPREGADOS
EM

SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO

RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM 25 DE SETEMBRO DE 1969
AV. PRESTES MAIA n.º 241 — 10.º ANDAR — CONJ. 1009/1011 (SEDE PRÓPRIA) — FONE 3411965
CEP: 01031 — SÃO PAULO — S. P.

OF.- 525/72

EXMO. SR.

DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO.

São Paulo.

Ref.- MESA REDONDA.

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS, DE SÃO PAULO por seu Presidente infra assinado, vem mui respeitosamente - requerer a V.Excia. se digne autorizar a realização de uma mesa redonda, nessa Delegacia, em data e hora que melhor vos assistir, eis que necessita de entrar em entendimentos com o SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO que disto deverá ser citado, à Rua Barão de Itapetininga nº 88, 1º andar, nesta capital, a fim de ser estabelecido e firmado acordo para aumento salarial da categoria profissional representada por este Sindicato.

Têrmos em que

P. Deferimento.

São Paulo, 05 de junho de 1972.


Wilson Torres
Presidente

DELEGACIA REG. DO TRABALHO
NO ESTADO DE SÃO PAULO
6 JUN 12 45 72 237147
PROF. DE TRABALHO
SALVADOR DE OLIVEIRA

-1185/72

5 de junho de 1972

Srs. Diretores do Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de
Saúde, Sociedades de Beneficência, Ordens
Terceiras e Irmandades Religiosas do Esta
do de São Paulo.

08-06-

16.00

Amendo Nascimento Falleiros

A R

REGISTRADO N.º _____ *22*

Ministério do Trabalho e Previdência Social

Destinatário Sind.Hosp.Clínicas,Casas de Saúde.etc.

Enderêço _____ do Estado de SP.

Natureza da correspondência _____ convocação



Recebi o registrado acima descrito

Em _____ **de** _____ **de 19** _____

O Destinatário

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta.



SINDICATO DOS EMPREGADOS

EM

SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO

RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM 26 DE SETEMBRO DE 1969

AV. PRESTES MAIA n.º 241 — 10.º ANDAR — CONJ. 1009/1011 (SEDE PRÓPRIA) — FONE 32-1265
CEP: 01031 — SÃO PAULO — S. P.

OF-528/72

EXMO. SR.

PRESIDENTE DA MESA REDONDA

-DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO-

SÃO PAULO

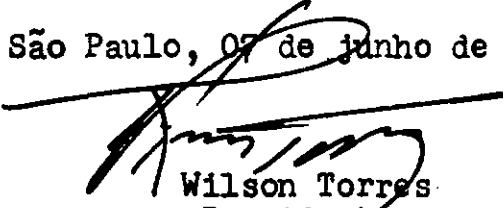
Ref.-Processo DET-237147/72

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO, re-
presentado neste ato por seu Presidente, que firma o presente, -
vem requerer a V.Excia., se digne determinar que sejam juntados-
aos autos, -Processo em referência-, os seguintes documentos:

- 1º) - Página nº 33 do Diário Oficial do Estado de São Paulo -Seção Ineditorial- no qual foi publicado o Edital de Convocação da Assembléia Geral-Extraordinária, cuja edição corresponde ao dia-09 de maio de 1972;
- 2º) - Cópia da Ata da Assembléia Geral-Extraordinária realizada no dia 16 de maio do corrente ano, por este Sindicato, na qual estão consubstanciados os itens reivindicatórios;
- 3º) - Certidões expedidas pela Secretaria do Tribunal-Regional do Trabalho da Segunda Região, dos dois últimos acordos de reajuste salarial: Processo - TRTSP-96/70-A e Processo TRT/SP-94/71-A.

Têrmos em que
P. Deferimento

São Paulo, 07 de junho de 1972


Wilson Torres
Presidente

CAMARA DO COMERCIO
AFRO-BRASILEIRA

Extrato dos estatutos para registro no cartório de Pessoas Jurídicas (Cartório Modelos)

A «Câmara do Comércio Afro-Brasileira», com sede e foro jurídico nesta Capital, é uma sociedade civil de duração ilimitada, tendo por finalidade contribuir e estimular, pelo cultivo das relações comerciais, diplomáticas, espirituais e de intercâmbio cultural, entre o Brasil e os países membros da África; promover a cooperação das entidades congêneres nos países respectivos; instituir, permanentemente, informações periódicas em geral, especialmente, sobre mercadorias, tarifas, direitos e isenções aduaneiras, câmbio, navegação, tratados comerciais, legislação e jurisprudência, que estejam diretamente ligados ao comércio bilateral; promover, organizar, ou participar de congressos, feiras, exposições e reuniões que venham a realizar-se no país ou no estrangeiro, mediante deliberação da Diretoria; coletar e divulgar dados, estatísticas e informações comerciais de qualquer natureza, a fim de, dentro de sua finalidade, divulgar tudo que possa interessar ao incremento do comércio entre o Brasil e os países membros da África. Estas publicações poderão conter ou não matéria paga, anúncios, etc., a critério da Diretoria e tudo o mais estabelecido no art. 1.º

A sociedade será administrada por uma Diretoria, cabendo ao 1.º Presidente, representar a sociedade em juízo ou fora dele. Os sócios e diretores, não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais. Os estatutos poderão ser alterados, dois anos após, por proposta da Diretoria, aprovada no mínimo por dois terços dos sócios quites. A Câmara só poderá ser dissolvida por assentimento de dois terços ou setenta e cinco por cento de sócios quites, em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, e no caso de dissolução, o patrimônio existente, será entregue, a quem de direito determinado por resolução preterpória e soberana da Assembleia Geral.

Milton L. Endres
(7694 - Cr\$ 90,00) (9)

ABREU DUARTE AGRICOLA
S/A.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
C.G.C. n.º 50.469.311/001

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
São convidados os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 20 de maio de 1972, às 10,00 horas, na sede social, à Fazenda Vila Branca em Jacareí (SP), a fim de discutir e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Proposta da Diretoria visando a incorporação da empresa à firma Abreu Duarte Agrícola S. A. Industrial e Agrícola;
- 2) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 4 de maio de 1972.
A DIRETORIA
(9141 - Cr\$ 90,00) (9-10-11)

MASCHIETTO-DEL DEBBIO
Corretora de Valores Mobiliários
S/A.

Em transformação
Firma S. A. - CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS
C.G.C. n.º 61.809.182-001

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 18 de maio do corrente ano, na sede social à Rua Boa Vista n.º 330, 4.º andar, nesta Capital, às 11,00 horas, em 1.ª Convocação, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Aumento da Capital Social de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), mediante aproveitamento de fundo para aumento de Capital e Lucros Suspensos;
- b) Alteração do artigo 6.º dos Estatutos Sociais;
- c) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 8 de maio de 1972.
Carlos Del Debbio - Diretor.
(9141 - Cr\$ 90,00) (9-10-11)

EMPREITEIRA DELBONI LTDA.

Reg. P. Jurídica, Cartório Dr. Arruda
Por documento de 25-4-72, Joãozinho Rocha Delboni e Maria Cardoso S. Delboni, constituíram a sociedade supra, por tempo indeterminado, sita nesta Capital com Capital Social de Cr\$ 5.000,00 sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao montante total do Capital Social. A sociedade será administrada por ambos os sócios e se destina a explorar o ramo de empreiteira de construção civil em geral.
(5640 - Cr\$ 24,00) (9)

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ESCOVAS E PINCEIS DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
Ficam convocados todos os operários da firma Pincéis Tigre S.A., às 17,00 horas, em primeira convocação e às 19,00 horas, em segunda convocação, para se reunirem em assembleia geral extraordinária, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Escovas e Pincéis de São Paulo, na Rua Dronsfeld n.º 128, 4.º andar, sala 47, no dia 11 de maio de 1972, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Discussão e votação sobre a conveniência ou não de renovação da convenção coletiva para fixação de horário de trabalho para compensação, a fim de não trabalharem aos sábados.

Na ausência do quorum na hora acima apressada, a assembleia realizará-se a então em segunda convocação com os associados presentes.

São Paulo, 5 de maio de 1972.
Arnaldo Magalhães - Presidente
(5640 - Cr\$ 24,00) (9)

HOSPITAL SAMARITANO S/A.

C.G.C. n.º 71.491.732-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
Ficam os senhores acionistas convocados para uma Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 9 de junho de 1972, sexta-feira, às 20 horas, em primeira convocação, na forma estatutária e em segunda, uma hora depois, com qualquer número de acionistas, na sede desta entidade, à Rua Rodrigues Pacheco, 145, para apreciação da seguinte ordem do dia:

- a) Deliberação para aprovação do balanço encerrado em 31 de dezembro de 1971, e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas;
- b) Parecer do Conselho Fiscal, eleição de seus membros e suplentes e Relatório da Diretoria;
- c) Outros assuntos de interesse social.

Acham-se à disposição na forma da lei, o Balanço encerrado a 31 de dezembro de 1971, e Demonstração de Lucros e Perdas, livros e documentos.

Sorocaba, 8 de maio de 1972.
Dr. Durval Fernando Trieta - Diretor Presidente.
(3707 - Cr\$ 144,00) (9-10-11)

VIGOTEX S/A.

Indústria e Comércio de Malhas
C.G.C. n.º 61.346.110/001

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
Ficam os Senhores Acionistas de Vigotex S/A. Indústria e Comércio de Malhas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar-se no dia 17 de maio de 1972, às 17 (dezoito) horas, em sua sede social à rua James Holland, 655, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- a) Aumento do Capital Social;
- b) Alteração dos Estatutos Sociais;
- c) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 5 de maio de 1972.
Miguel Charratzen Terpins - Diretor Presidente; Abrahão Terpins - Diretor Superintendente.
(9122 - Cr\$ 108,00) (9-10-11)

COMPANHIA FIDELIDADE
DE SEGUROS GERAIS

C.G.C. n.º 61.183.447/001

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
São convocados os Senhores Acionistas da Companhia Fidelidade de Seguros Gerais, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 19 de maio de 1972, às 16 horas, na sede social à Avenida Paulista n.º 1009 - 3.º andar, nesta Capital do Estado de São Paulo, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Conhecer, discutir e homologar os termos do aumento de capital para Cr\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil cruzeiros) na forma de incorporação de reservas de Cr\$ 1.540.000,00 (um milhão, quinhentos e quarenta mil cruzeiros) e de subscrição em dinheiro de Cr\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil cruzeiros) como disposto em assembleia geral extraordinária de 20 de março de 1972;
- b) Outros assuntos de interesse da sociedade.

A Diretoria: Dr. Fernando Meneses de Góes - Osório Pardo - Giovanni Meneghini - Dr. Luciano Villas Boas Machado.
(9123 - Cr\$ 144,00) (9-10-11)

TENDA ESPÍRITA DE UMBANDA CABOCLO SULTAO DAS MATAS E MARTIM PESCADOR

Extrato para registro dos Estatutos
A Tenda, com sede nesta Capital, tem por fim o estudo e prática do espiritismo de Umbanda, segundo o Manual dos Chefes de Terreiros. Será administrada por uma diretoria cujo presidente a representará em juízo e fora dele. Será filiada a Cruzada Federativa de Umbanda. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Os Estatutos poderão ser reformados. No caso de dissolução da tenda, a Assembleia Geral resolverá o destino do patrimônio social.

Devanir Pavani - Presidente
(5600 - Cr\$ 30,00) (9)

CENTRO ESPÍRITA DE UMBANDA OGUM BEIRA MAR E PAI JOAO DO TOCO

Extrato para registro dos Estatutos
O Centro, com sede em Piracicaba, Estado de São Paulo, tem por fim o estudo e prática do espiritismo de Umbanda, segundo o Manual dos Chefes de Terreiros. Será filiada a Cruzada Federativa de Umbanda. Será administrado por uma diretoria cujo presidente o representará em juízo e fora dele. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Os Estatutos poderão ser reformados. No caso de dissolução do Centro, a Assembleia Geral resolverá o destino do patrimônio social.

Yamanaka Minoru - Presidente
(5599 - Cr\$ 30,00) (9)

INDÚSTRIAS QUÍMICAS
REUNIDAS BEKO S/A.

C.G.C. n.º 60.435.436-001

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 19 de maio de 1972, às 9,00 horas, em sua sede social, à Rua Passo da Pátria n.º 1294, nesta Capital de São Paulo, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Aumento de capital social;
- b) Alteração parcial dos estatutos;
- c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

São Paulo, 4 de maio de 1972.
André Miklos - Diretor Presidente.
(9122 - Cr\$ 108,00) (9-10-11)

"EMTECO" S/A. - Empreendimentos Técnicos e Comerciais

C.G.C. n.º 47.022.801-001

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
São convidados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 27 de maio de 1972, às 16 horas, na sede social, à rua Angelo Stefanini n.º 480, em Casa Branca neste Estado, a fim de deliberarem sobre:

- a) o aumento de capital social com aproveitamento de reservas, de créditos em conta corrente ou em dinheiro;
- b) a modificação parcial dos Estatutos;
- c) Outros assuntos de interesse social.

Casa Branca, 3 de maio de 1972.
Francisco Thomas de Carvalho Netto - Diretor Presidente.
(Cr\$ 90,00) (9-10-11)

DUAGRO S/A.
Industrial e Agrícola

C.G.C. n.º 50.469.303/001

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
São convidados os senhores acionistas desta sociedade, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 20 de maio de 1972, às doze horas, na sede social, à Fazenda Vila Branca em Jacareí (SP), a fim de discutir e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Proposta da Diretoria visando a incorporação da empresa "Abreu Duarte Agrícola S. A.;"
- 2) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 4 de maio de 1972.
A DIRETORIA
(9140 - Cr\$ 90,00) (9-10-11)

LINER - Administração e Planejamento Ltda.

Extrato de Contrato para Registro
Por instrumento particular de 20 de março de 1972, Hélio Campaner, brasileiro, casado, contador, e Luiz Carlos Magalhães, brasileiro, casado, advogado, constituíram uma Sociedade Civil, por quotas de responsabilidade limitada, com sede à rua Américo Brasileiro n.º 413 - Galeria Santa Lúcia, loja n.º 11, em Ribeirão Preto, E. S. P., sob a denominação social de "Liner Administração e Planejamento Ltda.", tendo por objeto a prestação de serviços, explorando o ramo de organização, planejamento, assessoria jurídica, administração, cobrança e corretagem para pessoas físicas e jurídicas. O prazo de duração da sociedade é indeterminado, com seu início em 20-3-72, e será administrada em juízo ou fora dele pelos cotistas em conjunto ou separadamente. A gerência da sociedade será exercida pelo sócio Luiz Carlos Magalhães. O Capital Social será de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), totalmente integralizado pelos sócios, neste ato, em moeda corrente do país na seguinte proporção: Hélio Campaner: Cr\$ 3.000,00 e Luiz Carlos Magalhães: Cr\$ 3.000,00. Ribeirão Preto, 28 de abril de 1972.
Hélio Campaner - Luiz Carlos Magalhães
(9263 - Cr\$ 54,00) (9)

BRIGADEIRO

Empreiteiros Associados. Limitada
Reg. P. Jurídica, Cartório Dr. Arruda
Por documento de 8-1-71, os sócios Miguel Stanov e Jacob Rosenberg retiraram-se da sociedade transferindo suas cotas para os sócios Feodoras Potapovas e David Waldergorn. A sociedade será administrada por todos os sócios remanescentes. O Capital Social, que era de Cr\$ 30.000,00 permaneceu inalterado. As demais cláusulas permaneceram inalteradas.
(5641 - Cr\$ 24,00) (9)

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE EUBIOSE

O "Instituto Cultural "Rosa de Luna" sociedade civil com sede nesta cidade, com personalidade jurídica, consoante inscrição existente no livro A-1, fls. 172, sob n.º 731, do Cartório Privativo desta comarca de Campinas, em Assembleia Geral Extraordinária realizada a 28 de janeiro de 1972, modificou sua denominação para "Sociedade Brasileira de Eubiose - Departamento de Campinas"; outrossim, foi aprovada a incorporação do Instituto em referência, bem como de todo o seu patrimônio, com reserva de seu usufruto, à atual "Sociedade Brasileira de Eubiose - Departamento de Campinas". - O mandato da atual diretoria foi prorrogado por mais 120 dias.
Campinas, 2 de maio de 1972
José Carlos Janzelli - Presidente
(7664 - Cr\$ 36,00) (9)

MOURA PINTURAS S/C. LTDA

I) - "Moura Pintura S/C. Ltda." foi constituída nesta cidade onde tem sua sede, por contrato particular passado em 28 de abril de 1972, e tem por finalidade a exploração do ramo de pintura de prédios. - O capital social é de Cr\$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas, do valor de Cr\$ 1,00 cada uma, subscritas e integralizadas em partes iguais entre os seguintes: - José Gaspar Ferraz de Moura, pintor e Dirce Souza de Moura, doméstica, ambos brasileiros, casados, aqui residentes. E' indeterminado o prazo de duração da sociedade. - II) - Será a Sociedade administrada por ambos os quotistas, e da mesma forma representada e passiva, judicial e extra-judicialmente. - III) - O contrato poderá ser reformado total ou parcialmente, por consenso dos quotistas. - IV) - Cada sócio se responsabiliza individualmente pela totalidade do capital social. - V) - A sociedade poderá ser dissolvida desde que haja comum acordo entre os quotistas. Deliberada a sua extinção, depois de pagas as dívidas porventura existentes, o saldo será rateado entre os sócios, na proporção de suas quotas. - VI) - A sociedade será administrada de acordo com o item II deste extrato.
Campinas, 28 de abril de 1972.
José Gaspar Ferraz de Moura
(9263 - Cr\$ 54,00) (9)

LAR SÃO VICENTE DE PAULO

Extrato dos Estatutos

I - Denominação - Sede e Fins:
Lar São Vicente de Paulo, Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede na cidade de Barra Bonita, Estado de São Paulo, de duração por tempo indeterminado, tem por finalidade a prática da caridade, sob a forma de assistência social e educativa gratuitas.

II - Administração e Representação
A Obra será administrada por uma diretoria constituída de Presidente, Vice-Presidente, de um ou mais secretários e Tesoureiros. O presidente é eleito pelos diretores da (s) Conferência (s) local (ais), para três anos, podendo ser reconduzido apenas por uma vez consecutiva. O Presidente escolhe os demais membros da diretoria e representa a Obra em Juízo ou fora dele. Os membros da Diretoria, não respondem, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Obra, ou em nome dela, e exercem as funções sem remuneração.

III - Reforma dos Estatutos
Depende de prévia aprovação dos Conselhos de hierarquia superior e observância das normas gerais da Sociedade de São Vicente de Paulo.

IV - Extinção
Em caso de extinção da Obra, seus bens serão aplicados em obra congênera vizentina, na mesma localidade.

V - Diretoria Atual
Presidente - Armando Chiaromonte
Vice-Presidente - Laércio Stangherlin
Secretário - Estevam Pereira
Tesoureiro - Manoel da Cunha Caldeira
Barra Bonita, 29 de março de 1972
Armando Chiaromonte - Presidente
Rua Salvador de Toledo n.º 489
Barra Bonita (SP)
(5648 - Cr\$ 66,00) (9)

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADES DE BENEFICENCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
Na qualidade de Presidente deste Sindicato, usando das atribuições que me conferem os Estatutos Sociais e as leis vigentes, convoco todos os associados do Sindicato, quites e em pleno gozo de seus direitos sociais, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, em primeira convocação, às 17 horas do dia 18 do mês de maio do corrente ano, à Avenida Prestes Maia n.º 241, 7.º andar, conjuntos n.ºs 702 e 704, nesta Capital, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- a) Discussão e deliberação sobre o aumento de salários a ser pleiteado junto ao Sindicato representativo da categoria econômica, inclusive fórmulas a serem adotadas e de conciliação;
- b) Autorização à Diretoria do Sindicato para instaurar e ajuizar Dissídio Coletivo de natureza econômica contra o correspondente sindicato representativo da categoria econômica;
- c) Autorização para que as Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas descontem em folha de pagamento a percentagem que for deliberada pela Assembleia sobre os aumentos salariais obtidos nesta data e que deverão ser recolhidos aos cofres do Sindicato.

As deliberações deverão ser tomadas por escrutínio secreto, na forma estabelecida pelos Estatutos Sociais e pela legislação vigente.

Não havendo número legal de associados presentes, para a realização desta Assembleia em primeira convocação, será a mesma realizada, com qualquer número de presentes, em segunda convocação, isto é, às 19 horas, no mesmo dia e local.
São Paulo, 8 de maio de 1972.
Wilson Torres - Presidente.
(9267 - Cr\$ 86,00) (9)

TEATRO UNIVERSITARIO
DE RIBEIRÃO PRETO (TURP)

Extrato dos Estatutos para Registro em Cartório

O Grupo Teatral "Teatro Universitário de Ribeirão Preto (TURP)", com sede e foro na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, à Rua Américo Brasileiro, n.º 515, é uma sociedade civil, com tempo de duração indeterminado, com a finalidade de realizar representações teatrais, visando a disseminação da cultura. E' administrado por uma diretoria composta de Presidente, Secretário, Tesoureiro, 2 Vogais. Ao Presidente compete representar o Grupo Teatral ativo e passivamente. Os membros não respondem quer solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da associação. Os estatutos só poderão ser reformados por assembleia geral e em caso de dissolução os bens do Grupo reverterão em benefícios de uma instituição assistencial. Os Estatutos foram aprovados por Assembleia Geral realizada em 29-2-1972.
Ribeirão Preto, 3 de maio de 1972.
Paulo Sérgio Fabrino Ribeiro - Presidente.
(9252 - Cr\$ 42,00) (9)

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO 3.º GINÁSIO ESTADUAL DO TATUAPÉ

ASSEMBLEIA GERAL
A Diretoria da Associação convoca todos os Pais e Mestres desta Comunidade para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no próprio Ginásio às 15,00 horas do dia 13-5-72, com a seguinte Ordem do Dia:

- I - Leitura e aprovação da Ata anterior;
- II - Eleição da nova Diretoria.

São Paulo, 8 de maio de 1972.
Antonio Gil da Costa - Presidente.
(7.734 - Cr\$ 24,00) (9)

**BANCO HALLES
DE INVESTIMENTOS S/A.**

C.G.C. M.F. 61.891.783
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Ficam convidados os senhores acionistas do Banco Halles de Investimentos S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 18 de maio de 1972, às 14,00 horas, na sede social da empresa, à Rua 24 de Maio, 77 - 15.º andar, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Proposta do Conselho de Administração para elevação do capital social de Cr\$ 51.800.000,00 (cinquenta e um milhões e seiscientos mil cruzeiros) para Cr\$ 77.400.000,00 (setenta e sete milhões e quatrocentos mil cruzeiros) mediante subscrição em dinheiro.

b) Alteração dos Estatutos Sociais.
 c) Outros assuntos de interesse da sociedade.

São Paulo, 8 de maio de 1972.
 A DIRETORIA
 (7.661 - Cr\$ 126,00) (9-10-11)

**CENTRO ESPÍRITA OXUM
E CABOCLO SERGIPANO**

Reg. P. Jurídicas, Cart. Dr. Arruda.
 Em assembleia 8-3-72 foi fundada a entidade supra, por tempo indeterminado, sita nesta Capital com a finalidade de prestar assistência espírita no sentido de elevar o homem. Será dirigida por uma diretoria cujo representante é o seu presidente. Os sócios não respondem pelas obrigações da diretoria. No caso de dissolução o patrimônio da entidade se reverterá como observa o n.º VI do artigo 1399 do Cod. Civil Bra. Os estatutos são reformáveis.
 (5637 - Cr\$ 24,00) (9)

**GRÊMIO ESPORTIVO
CENTENÁRIO DO IPIRANGA**

Extrato para registro de Pessoas Jurídicas (Cartório Medeiros)
 O Grêmio Esportivo Centenário do Ipiranga, com sede e foro jurídico nesta Capital, tem por finalidade difundir por todos os meios a prática dos esportes entre seus associados, proporcionando-lhes os meios ao seu alcance para o aperfeiçoamento físico, de acordo com as recomendações dos órgãos especializados; proporcionar aos sócios, reuniões de caráter esportivo e sociais; manter o futebol e outros divertimentos sociais licitos como principal recreação educacional. A administração compete a uma Diretoria, cabendo aos seus presidentes a representação em juízo ou fora dele. Compete a Assembleia Geral Extraordinária: reformar os estatutos, dissolver a entidade e dar destino ao patrimônio. Os sócios não respondem pelas obrigações contraídas pela Sociedade.
 (7689 - Cr\$ 42,00) (9)

**SOPLAC — Sociedade de Planeja-
mentos, Auditoria e Contabilidade
S/C.**

Extrato para registro no Cartório Adalberto Netto
 Por documento particular de 2 de maio de 1972 Rubens Tersi e Elsa Yukiko Mita constituíram uma sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada, com sede nesta Capital, sob a razão social de Soplac — Sociedade de Planejamentos, Auditoria e Contabilidade S/C., tendo por objetivo explorar o ramo de contabilidade, auditoria, peritagens, planejamentos, corretagens, administração de bens, assistência tributária e trabalhista e bem como assuntos correlatos. O prazo de duração é indeterminado. O capital social é de Cr\$ 10.000,00, dividido em 10.000 quotas de Cr\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas: Rubens Tersi 2.500 quotas e Elsa Yukiko Mita, 7.500 quotas. A responsabilidade dos sócios é limitada ao total do capital social. O uso da firma caberá a ambos os sócios, indistintamente.
 (7698 - Cr\$ 42,00) (9)

**OFICINA DE COSTURA
SANTO ANTONIO LTDA.**

Extrato para registro no Cartório Adalberto Netto
 Por documento particular de 4 de maio de 1972 Maria Vilma Ferreira e Maria Trindade Vieira de Souza constituíram uma sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, sob a razão social de Oficina de Costura Santo Antonio Ltda., tendo por objetivo a prestação de serviços de costura em geral, sendo somente mão-de-obra. O prazo de duração é indeterminado. O capital social é de Cr\$ 2.000,00 dividido em 200 quotas de Cr\$ 10,00 cada uma, distribuídas em partes iguais entre os sócios. A responsabilidade dos sócios é limitada ao total do capital social.
 (7699 - Cr\$ 36,00) (9)

**EMPRESA BRASILEIRA
DE PINTURA LIMITADA**

Extrato para registro no Cartório Adalberto Netto
 Por documento particular de 14 de abril de 1972 Antonio Ferreira da Silva e Henrique Antunes de Azevedo Neto constituíram uma sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada, com sede nesta Capital, sob a razão social de Empresa Brasileira de Pintura Limitada, tendo por objetivo a exploração da prestação de serviços em pinturas de prédios e residências em geral, reformas parciais no prédio, desde que não modifique sua estrutura, aplicação de resinas sintéticas e outras prestações de serviços atinentes ao ramo. O prazo de duração é indeterminado. O capital social é de Cr\$ 4.000,00, dividido em 400 quotas de Cr\$ 10,00 cada uma, distribuídas em partes iguais entre os sócios. A responsabilidade dos sócios é limitada ao total do capital social. A gerência da sociedade será exercida por ambos os sócios.
 (7700 - Cr\$ 42,00) (9)

**ASTRAL — Promoções
e Publicidade S/C. Ltda.**

Reg. P. Jurídicas, Cart. Dr. Arruda.
 Por documento de 26-4-72, Antonio Nazareth Junior e Eurípedes Lombardi Bastos, constituíram a sociedade supra, por tempo indeterminado, sita nesta Capital, com Capital social de Cr\$ 2.000,00 sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao montante total do Capital social. A sociedade será administrada por ambos os sócios e se destina a explorar o ramo de promoções e publicidades e serviços congêneres.
 (5639 - Cr\$ 24,00) (9)

GARCIA & PADUA S/C. LTDA.

Reg. P. Jurídicas, Cart. Dr. Arruda.
 Por documento de 03-5-72, Osvaldo Garcia de Oliveira e Maria José de Padua, constituíram a sociedade supra, por tempo indeterminado, sita nesta Capital com Capital social de Cr\$ 2.000,00 sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao montante total do Capital social. A sociedade será administrada por ambos os sócios e se destina a explorar o ramo de Informações Comerciais em geral.
 (5638 - Cr\$ 24,00) (9)

**KIENBAUM CONSULTORES
S/C. LTDA.**

Extrato para registro de Pessoas Jurídicas (Cartório Medeiros)
 Por instrumento de 23 de março de 1972, Marius Baarsch cede parte de suas quotas da Kienbaum Consultores S.C. Ltda., à sócia ora admitida Ettore Rebecca. Em consequência o capital social de Cr\$ 100.000,00 fica dividido e distribuído entre os sócios, assim: Kienbaum Beratungen GmbH com Cr\$ 50.000,00, Auditoria Confidor S.C. Ltda. com Cr\$ 48.000,00, Marius Baarsch com Cr\$ 1.000,00 e Ettore Rebecca com Cr\$ 1.000,00, ficando a responsabilidade destes limitada ao capital social. Em caso de retirada dos sócios pessoa jurídica deverá comunicar aos demais sócios com direito a preferência. As demais cláusulas contratuais são ratificadas.
 (7679 - Cr\$ 36,00) (9)

**CAIXA BENEFICENTE DOS
FUNCIONÁRIOS DA "CASA DE
SAÚDE SANTA RITA S/A."**

Reg. P. Jurídicas, Cart. Dr. Arruda.
 Em assembleia de 17-4-72 a entidade supra aprovou seu balanço referente ao ano findo, elegeu sua nova diretoria para o biênio 72/73 sendo eleito o pe. Aldemar Moreira para diretor-presidente.
 (5633 - Cr\$ 18,00) (9)

METALÚRGICA IBÉRICA S/A.

C.G.C. 60.398.526
 Retificação e Ratificação do Balanço de 31-12-1971
 José Fuentes Zamora — Diretor Presidente.
 José Cano Fuentes — Diretor Vice-Presidente.
 Nicolino Basile — Contador CRC 16377.
 (7650 - Cr\$ 18,00) (9)

**COMUNIDADE RELIGIOSA
PERFECT LIBERTY
DO BRASIL P.L.**

Reg. P. Jurídicas, Cart. Dr. Arruda.
 Em assembleia de 18-4-72, a entidade supra elegeu sua nova diretoria sendo eleito presidente o sr. Takashi Kaneko e diretor superintendente Kiyoto Hashimoto e escolheu os membros do Conselho Fiscal, como aprovou também o balanço e documentos da gestão finda.
 (5630 - Cr\$ 18,00) (9)

**ERGO — Instituto de Psicologia
Clínica Industrial Ltda.**

Reg. P. Jurídicas, Cart. Dr. Arruda.
 Por documento de 2-5-72 a entidade supra alterou sua cláusula referente ao objetivo da mesma que passa a ter a principal característica de prestação de serviços Profissionais de Psicologia. — Permanecem em vigor todos os demais itens do contrato.
 (5629 - Cr\$ 18,00) (9)

**ARQS — Arquitetura e Urbanismo
S/C. Ltda.**

Reg. P. Jurídicas, Cart. Dr. Arruda.
 Por documento de 25-4-72 a sociedade supra alterou as cláusulas 2.a e 5.a do seu contrato social, que se referem ao objetivo e à administração respectivamente. As demais cláusulas, como o Capital, permanecem inalteradas.
 (5634 - Cr\$ 18,00) (9)

**MAZINHO CABELEIREIROS
S/C. LTDA.**

Reg. P. Jurídicas, Cart. Dr. Arruda.
 Por documento de 5-5-72, Ademir Alves Silva e Antonio Rodrigues Roman, constituíram a sociedade supra, por tempo indeterminado, sita nesta Capital, com Capital social de Cr\$ 5.000,00 sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao montante total do Capital social. A sociedade será administrada por ambos os sócios e se destina a explorar o ramo de prestação de serviços com instituto de beleza.
 (5636 - Cr\$ 24,00) (9)

**NELPA — Serviços de Enfeites
e Vidros para o Natal Ltda.**

Reg. P. Jurídicas, Cart. Dr. Arruda.
 Por documento de 5-5-72, Nelson Pastorello e Dulce Carolina Pastorello, constituíram a sociedade supra, por tempo indeterminado, sita nesta Capital, com Capital social de Cr\$ 2.000,00 sendo a responsabilidade dos sócios limitada ao montante total do Capital social. A sociedade será administrada por ambos os sócios e se destina a explorar o ramo de serviços de mão-de-obra em enfeites de Natal.
 (5635 - Cr\$ 24,00) (9)

**ASSAM
Administração de Bens S. A.**

C.G.C. 60.862.364-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRA-
ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE
MARÇO DE 1972**

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 1972 (hum mil, novecentos e setenta e dois), às 10,00 horas, em sua sede social na Avenida Paulista, 2.202 - 12.º andar, em São Paulo, reuniram-se os acionistas da ASSAM — Administração de Bens S.A., representando a totalidade do capital social desta empresa. Na forma estatutária assumiu a presidência da Assembleia o Dr. Arão Sahm, Diretor da Sociedade, que convidou a mim, Abram Rosenfeld, acionista, para Secretário. Pelo Sr. Presidente foi dito que, dada a urgência dos assuntos a serem tratados, esta Assembleia fora convocada por Edital dirigido por carta aos senhores acionistas e que, estando presente acionistas que representam a totalidade do capital social desta Sociedade, a Assembleia poderia ser regularmente instalada, dispensando-se, pelo "quorum" unânime, a publicação do Edital de Convocação, nos termos da Portaria DNRC-DOG, n.º 18 de 20 de outubro de 1969. Isto posto o Sr. Presidente determinou a mim, Secretário, que efetuasse a leitura do referido edital, o que fiz, transcrevendo-o a seguir: — "ASSAM — Administração de Bens S.A. — C.G.C.M.F. n.º 60.862.364-1. — Assembleia Geral Extraordinária. — Convocação. — Ficam convocados os senhores acionistas da ASSAM — Administração de Bens S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da Sociedade em São Paulo, na Avenida Paulista, 2.202 - 12.º andar, às 10,00 horas do dia 16 (dezesseis) de março corrente, a fim de deliberarem sobre os assuntos constantes da seguinte ordem do dia: 1) — Leitura, Discussão e votação de Proposta da Diretoria, acompanhada do Parecer favorável do Conselho Fiscal, autorizando a sociedade a dar imóvel de sua propriedade em garantia hipotecária a empréstimo a ser contratado por empresa associada; 2) — Outros assuntos de interesse da Sociedade. — São Paulo, 7 de março de 1972. aa) Arão Sahm, Abram Rosenfeld, Leon Karlik. A seguir o senhor Presidente, passando à primeira parte da ordem do dia, declarou que se encontrava sobre a mesa uma Proposta da Diretoria acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, documentos esses que por si já esclareciam a matéria a ser tratada, determinando a mim, Secretário, que efetuasse a leitura dos mesmos aos presentes, o que fiz e a seguir passo a transcrever-los: "Proposta da Diretoria — Senhores Acionistas. A diretoria da ASSAM — Administração de Bens S.A., consultada por sua associada Cia. Assam de Hotéis e Turismo S.A., sobre a possibilidade de nossa empresa oferecer uma garantia real a empréstimo no valor de Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão, quinhentos mil cruzeiros) a ser contratado por aquela sociedade, destinado a acelerar a conclusão das obras do Edifício que a mesma está construindo na Avenida São Luiz, 234, nesta Capital, e, atenta aos interesses comuns de ambas as empresas, propõe aos senhores acionistas seja atendida tal solicitação dando-se, em garantia hipotecária do empréstimo a ser concedido, a loja de nossa propriedade, consistente na unidade autônoma denominada Subsolo do Conjunto Comercial e Residencial Paraíso, situada à Rua Domingos de Moraes, 770, nesta Capital, havida através da transcrição n.º 65.624 — Livro 3 C-A — fls. 84 do Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição de São Paulo. Propõe ainda, sejam autorizados os Diretores desta empresa, Dr. Arão Sahm, e Sr. Abram Rosenfeld a praticarem, em conjunto, todos os atos necessários à efetivação do acima proposto, assinando o que precede for. — São Paulo, 7 de março de 1972. aa) Arão Sahm, Abram Rosenfeld, Leon Karlik. — "Parecer do Conselho Fiscal — Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da ASSAM — Administração de Bens S.A., tendo examinado a Proposta da Diretoria, desta data, no sentido de ser concedida a garantia hipotecária a empréstimo no valor de Cr\$ 1.500.000,00 a ser contratado pela Cia. Assam de Hotéis e Turismo, não de parecer que a mesma de: ser aprovada pelos senhores acionistas pois atende aos interesses da Sociedade. — São Paulo, 7 de março de 1972. aa) Huna Portugal, Rolf Motulski, Hildebrando da Costa Medeiros Júnior. Posta em discussão e votação a presente Proposta bem como o Parecer do Conselho Fiscal, foram tais documentos unanimemente aprovados, ficando os retro-mencionados diretores, Srs. Arão Sahm e Abram Rosenfeld, incumbidos de praticar todos os atos necessários à efetivação do ora aprovado. Passando a segunda parte da ordem do dia o senhor Presidente, após tecer comentários à respeito das atividades da sociedade, franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém se manifestando, suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a que fosse lavrada a presente ata, após o que, reaberta a sessão, foi esta por mim lida, discutida e, finalmente, aprovada por todos os presentes. — Eu, Abram Rosenfeld, Secretário, a redigi, fiz copiar e assino juntamente com o Sr. Presidente e demais acionistas presentes. — São Paulo, 16 de março de 1972. — aa) Arão Sahm — Presidente, Abram Rosenfeld — Secretário; aa) Arão Sahm, Ghitlea Sahm, Dálio Sahm, Abram Rosenfeld, David Paves, Huna Portugal, Ladislau Matravolgy, Maria Mafalda Tinti, Mário Pereira da Silva, Natan Paves, Raphael Golombek, Rolf Motulski, Szytra Karlik. — A presente é cópia fiel da que está lavrada no livro próprio desta Sociedade. — São Paulo, 16 de março de 1972. — Assam — Administração de Bens S.A. — Arão Sahm — Presidente.

CERTIDÃO

Junta Comercial

CERTIDÃO que a primeira via deste documento, por decisão da 4.ª Turma de Vogais, datada de 25 de abril de 1972, foi registrada hoje sob n.º 480.343. — São Paulo, 25 de abril de 1972. — Perceva Leite Britto — Secretário Geral.
 (7423 - Cr\$ 240,00)

**AUTO ESTACIONAMENTO
AMADOR BUENO S/C. LTDA.**

Extrato para registro de Pessoas Jurídicas (Cartório Medeiros)
 Por instrumento de 18 de abril de 1972, Benedito Bueno Gonçalves e José Vicente da Silva, constituíram a sociedade que girará sob a denominação de Auto Estacionamento Amador Bueno S/C Ltda., com sede nesta Capital, à Rua Amador Bueno n.º 471 — Santo Amaro, tendo por finalidade explorar o ramo de estacionamento para autos. O capital social é de Cr\$ 5.000,00 dividido e distribuído em partes iguais entre os sócios, ficando a responsabilidade destes limitada ao capital social. A gerência compete a ambos os sócios, em conjunto. Prazo indeterminado.
 (7681 - Cr\$ 30,00) (9)

GEOPROJECT

Consultoria e Projeto S/C. Ltda.

Extrato para registro de Pessoas Jurídicas (Cartório Medeiros)
 Por instrumento de 20 de abril de 1972, Fernando Luiz Prandini, Rinaldo Genaro Scaringella, Nelson Infante Júnior e Ricardo Antonio Abrahão, constituíram a sociedade que girará sob a denominação de Geoproject Consultoria e Projeto S/C Ltda., com sede nesta Capital, à Avenida Bosque da Saúde n.º 1887, tendo por finalidade a prestação de serviços de topografia, geodésia, engenharia civil, prospecções geológicas, geofísicas e hidrogeológicas. O capital social é de Cr\$ 9.000,00, dividido e distribuído entre os sócios, ficando a responsabilidade destes limitada ao capital social. A gerência, administração e representação da sociedade compete ao sócio Fernando Luiz Prandini. Prazo indeterminado.
 (7682 - Cr\$ 36,00) (9)

LIMPABEM LTDA.

CAMPINAS

1) LIMPABEM LTDA. é uma sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada, constituída nesta cidade, onde tem sua sede por contrato particular passado a 10 de abril de 1972, e tem por finalidade a exploração do ramo de aplicação de sinteko, cascolac, raspagem, limpeza em geral e serviços de encanamento e eletricidade, compreendendo unicamente a prestação de mão de obra. — O capital social é de Cr\$ 12.000,00, dividido em 1.200 quotas do valor de Cr\$ 10,00 cada uma, subscritas e integralizadas em partes iguais entre os seguintes: Francisco Araújo Cintra, comerciante, Elisa Helena de Paula Delpasso e Vera Lucia Labbate Cunha, ambas de prendas domésticas, todos brasileiros, aqui residentes. — 2) Indeterminado o prazo de duração da sociedade. — 3) Será a sociedade administrada pelo quotista Francisco Araújo Cintra, que também a representará ativa e passiva, judicial e extra-judicialmente. — 4) O contrato é reformável no todo ou em parte, por consenso dos quotistas; 5) Cada um dos sócios se responsabiliza pela totalidade do capital social. — 6) Em caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade continuará com os sobreviventes, tudo de acordo com a cláusula 9.a) — 6) O quotista Francisco Araújo Cunha exercerá a gerência da sociedade. — Campinas, 10 de abril de 1972. — Francisco Araújo Cunha
 (7662 - Cr\$ 60,00) (9)

**USIMAP — Usinagem Mecânica
de Peças S/C. Ltda.**

Extrato dos estatutos para registro no cartório de Pessoas Jurídicas (Cartório Medeiros)
 Por instrumento de 9 de dezembro de 1971, Pedro Leitão de Oliveira e Geni da Silva de Oliveira constituíram a sociedade que girará sob a denominação de Usimap — Usinagem Mecânica de Peças S/C. Ltda., com sede nesta Capital, à Av. Elizabetha n.º 9 — J. das Flores — Sto. Amaro, tendo por finalidade serviços de tornos em geral, somente mão de obra. O capital social é de Cr\$ 2.000,00 dividido e distribuído entre os sócios, ficando a responsabilidade destes limitada ao capital social. A gerência compete ao sócio Pedro Leitão de Oliveira. Prazo indeterminado.
 (7683 - Cr\$ 30,00) (9)

**CAROLINA LANZONI
DA SILVA**

Extrato para Registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos
 Por Documento Particular de 31 de março de 1972 Carolina Lanzoni da Silva, resolveu encerrar as atividades de sua firma de igual nome, sita nesta capital a Rua João Ramalho n.º 1.143, com o ramo de Oficina de conserto de Calçado.
 São Paulo, de abril de 1972.
 Carolina Lanzoni da Silva.
 (7703 - Cr\$ 18,00) (9)

**AURELIO CAMPOS E ASSOCIA-
DOR PUBLICIDADE LTDA.**

Reg. P. Jurídicas, Cart. Dr. Arruda.
 Por documento de 2-5-72 a entidade supra resolveu instalar uma filial na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à rua Buenos Aires, 48 - 6.º andar, conj. 605, que terá a mesma denominação, e um Capital de Cr\$ 10.000,00 retirado do capital da matriz. O Capital como as demais cláusulas permanecem inalterados.
 (5628 - Cr\$ 18,00) (9)



SINDICATO DOS EMPREGADOS

EM

SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO

RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM 25 DE SETEMBRO DE 1959

AV. PRESTES MAIA n.º 241 — 10.º ANDAR — CONJ. 1009/1011 (SEDE PRÓPRIA) — FONE 32-1365
CEP: 01031 — SÃO PAULO — S. P.

CÓPIA FIEL

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL-EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, NO DIA
16 DE MAIO DE 1972.....

Às dezenove horas do dia dezesseis do mês de maio de mil novecentos e setenta e dois, reuniram-se em Assembléia Geral-Extraordinária 120 - (Cento e vinte e quatro) associados do Sindicato dos Empregados em Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas, de São Paulo, em sua sede social à Avenida Prestes Maia nº 241, 7º andar, conjuntos números 702 e 704, nesta Capital, a fim de discutirem e deliberarem sobre a "Ordem do Dia" constante do Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção Ineditorial, edição do dia nove do mês de maio corrente, página número trinta e três. Instalados os trabalhos da presente Assembléia pelo Sr. Presidente do Sindicato, esclareceu este que a mesma estava sendo realizada em segunda convocação, visto não haver sido obtido o "quorum" necessário para a sua realização em primeira convocação, esclarecendo, também, os motivos da convocação da mesma. Após essas formalidades o Sr. Presidente do Sindicato indicou para presidir os trabalhos da presente assembléia o Sr. Egydio Luiz Battistini, cuja indicação, submetida à devida apreciação do plenário, recebeu aprovação unânime. Assumindo a presidência da mesa, o Sr. Egydio Luiz Battistini convidou para comporem a Mesa dos trabalhos os Senhores Clóvis Fernandes e Epifanio Gaspar Ricardi, na qualidade de Secretário e Escrutinador, respectivamente, escolhas estas que também submetidas à apreciação do plenário receberam aprovação unânime. Assim, devidamente composta a mesa para dirigir os trabalhos da presente Assembléia, o Sr. Presidente da mesma determinou que o Sr. Secretário da Mesa promovesse a leitura do Edital de Convocação, após o que colocou em discussão o item "a", da Ordem do Dia, assim descrito: "Discussão e deliberação sobre o aumento de salários a ser pleiteado junto ao sindicato representativo da categoria econômica, inclusive fórmulas a serem adotadas e de conciliação", franqueando a palavra a quem dela quizesse fazer uso. Solicitando a palavra o Sr. Antonio Eusonio Longo, após tecer várias considerações sobre a questão do reajuste salarial e de analisar a situação financeira dos trabalhadores, apresentou a seguinte proposta: que pelo Sindicato fôsse pleiteado um reajuste salarial de 28% (vinte e oito por cento) sobre os salários recebidos pelos empregados no mês de julho de 1971, já devidamente reajustados pelo acôrdo anterior; que o acôrdo a ser firmado tenha a vigência de doze meses, em início no dia primeiro de julho do ano em curso; que os empregados que foram ou vierem a ser admitidos após a data-base sejam reajustados com a mesma percentagem sobre os seus salários de admissão; que fôsse dada a devida autorização à Diretoria do Sindicato para aceitar outras fórmulas de conciliação para o estabelecimento de acôrdo com o sindicato representativo da categoria econômica. A seguir solicitou a palavra o Sr. Jacy Garcia Camargo, que após analisar devidamente os itens da proposta apresentada pelo Sr. Antonio Eusonio Longo manifestou-se pela sua aprovação, propondo que também pelos presentes fôsse ela aprovada. A seguir outros associados fizeram uso da palavra, todos manifestando sua concordância com a proposta apresentada. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra para se manifestar sobre o item em discussão, o Sr. Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos da presente Assembléia Geral-Extraordinária para que as propostas apresentadas fossem submetidas à votação dos presentes pela forma que rege a votação por escrutínio secreto, declarando que na cabine indevassável se encontravam dois tipos de cédulas: uma com o dizer "APROVO" e outra com os dizeres "NÃO APROVO". Feita a votação e a apu

-segue-/



SINDICATO DOS EMPREGADOS

EM

SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO

RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM 25 DE SETEMBRO DE 1959

AV. PRESTES MAIA n.º 241 — 10.º ANDAR — CONJ. 1009/1011 (SEDE PRÓPRIA) — FONE 32-1365
CEP: 01031 — SÃO PAULO — S. P.

CÓPIA FIEL - Fôlha nº 02.

ração que em tudo obedeceram as normas que regem a votação por escrutínio secreto, constatou-se que por 124 votos, unanimidade dos presentes, havia sido aprovada a única proposta apresentada. Reabrindo os trabalhos da presente Assembléia o Sr. Presidente da Mesa declarou em discussão o item "b", da "Ordem do Dia", assim descrito: "Autorização à Diretoria do Sindicato para instaurar e ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica contra o correspondente sindicato representativo da categoria econômica;". Solicitando novamente a palavra o Sr. Antonio Eusonio Longo após salientar da importância e da necessidade de ser dada à Diretoria do Sindicato a devida autorização para atender ao constante do item em discussão, propôs que pelo plenário fôsse dada à Diretoria a autorização que se faz necessária para aquele fim. Prosseguindo nos trabalhos, outros associados ainda se fizeram ouvir, todos concordando que pela assembléia ora reunida fôsse dada a devida autorização para a Diretoria do Sindicato instaurar e ajuizar o competente Dissídio-Coletivo, contra o correspondente sindicato representativo da categoria econômica. Em vista de ninguém mais querer fazer uso da palavra o Sr. Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos da presente Assembléia a fim de que, pela forma que rege a votação por escrutínio secreto fôsse submetida à votação dos presentes a proposta apresentada, declarando que na cabine indevassável se encontravam dois tipos de cédulas: uma com o dizer "aprovo" e outra com o dizer "não aprovo". Feita a votação e a apuração que em tudo obedeceram as normas que regem a votação por escrutínio secreto, constatou-se que por 124 (cento e vinte e quatro votos) unanimidade dos presentes, havia sido aprovada a proposta apresentada. Reabrindo os trabalhos da presente Assembléia o Sr. Presidente da Mesa declarou em discussão o item "c" da "Ordem do Dia", assim descrito: "Autorização para que as Sociedades Benéficas, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas descontem em fôlha de pagamento a percentagem que fôr deliberada pela Assembléia sobre os aumentos salariais obtidos nesta data e que deverão ser recolhidos aos cofres do Sindicato." Solicitando a palavra o Sr. Epifanio Gaspar Ricardi, 1º Tesoureiro do Sindicato, após esclarecer que o estabelecimento, nos acordos anteriores, do desconto da percentagem de 20% (vinte por cento) é - que permitiu ao Sindicato adquirir não só a sua sede própria, como também adquirir os conjuntos para instalação do auditório, onde, frisou, - no momento estava sendo realizada a Assembléia e que era necessário - agora promover devidamente as suas instalações para que o Sindicato - possa realizar, com frequência, reuniões, cursos e conferências de interesse dos associados. Salientou, outrossim, o orador, que prossegue em pleno desenvolvimento a assistência médica e odontológica que o Sindicato vem proporcionando aos associados e seus dependentes e que se faz necessário o Sindicato obter meios financeiros para ampliar os atendimentos já concedidos e após outras considerações salientou da necessidade de, a exemplo dos anos anteriores, ficar estabelecido o desconto de 20% (vinte por cento) sobre os aumentos salariais que forem obtidos pelos participantes da categoria profissional representada pelo Sindicato, quer sejam associados ou não associados do Sindicato, no primeiro mês do seu recebimento, ficando, outrossim, as Sociedades Benéficas, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas, devidamente autorizadas a promoverem esse desconto em fôlha de pagamento, independentemente de homologação pelas autoridades competentes, tendo em vista a soberania da Assembléia nas suas resoluções. A seguir pronunciaram-se outros associados, todos concordando com a proposta que vinha de ser apresentada. Em face de ninguém mais querer fazer uso da palavra, o Sr. Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos da presente Assembléia -

-segue- /



SINDICATO DOS EMPREGADOS

EM

SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO

RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL EM 25 DE SETEMBRO DE 1959

AV. PRESTES MAIA n.º 241 — 10.º ANDAR — CONJ. 1009/1011 (SEDE PRÓPRIA) — FONE 32-1363
CEP: 01031 — SÃO PAULO — S. P.

CÓPIA FIEL - fl.03

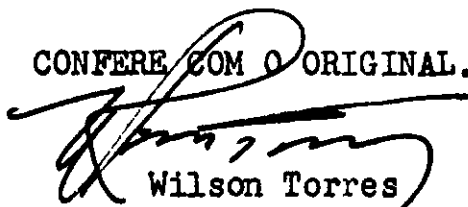
a fim de que pela forma que rege a votação por escrutínio secreto a -/ proposta apresentada fôsse submetida à votação dos presentes, declarando que na cabine indevassável se encontravam dois tipos de cédulas: - uma com o dizer "aprovo" e outra com os dizeres "não aprovo". Feita a votação e a apuração que em tudo obedeceram as formalidades exigidas - para a votação por escrutínio secreto, constatou-se que por 124 (cento e vinte e quatro votos), unanimidade dos presentes, havia sido - aprovada a proposta apresentada, ficando, assim, estabelecida a obrigatoriedade do desconto de 20% (vinte por cento) sobre os aumentos salariais obtidos pelos empregados, sindicalizados ou não, enquadrados - na categoria profissional representada pelo Sindicato, no primeiro mês do seu recebimento. Exgotada a "Ordem do Dia" existente para a Assembléia Geral-Extraordinária e em face de nada mais haver a tratar, como ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente da Mesa - deu por encerrados os trabalhos da presente Assembléia determinando - que, para constar, fôsse lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos os componentes da Mesa. São Paulo, 16 de maio de 1972. ---.---.---.---.---.---.---.---.---.---.---

(a) Egydio Luiz Battistini
-Presidente-

(a) Clovis Fernandes
-Secretário-

(a) Epifanio Gaspar Ricardi
-Escrutinador-

CONFERE COM O ORIGINAL.


Wilson Torres
Presidente

O Secretário do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, Domingos Manoel Escalera, C. A. T. T. E. I. C. A., a pedido verbal da pessoa interessada, que revendo nesta Secretaria o processo n.º TRT/SP-96/70-A, em que são partes: Suscitante - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO e Suscitado - SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, dele, às fls. 25/26, verificou constar o ACÓRDÃO do teor seguinte:

"Em tintros: (Armas da República. Justiça do Trabalho). Ata n.º 63/70. Aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e setenta, na sala de audiências do Tribunal Regional do Trabalho, à Rua Brigadeiro Tobias, 722, 8º andar, sob a Presidência do Excmo. Sr. Dr. Honório Diniz Gonçalves, e com a presença do Sr. Secretário, Domingos Manoel Escalera, foi aberta a audiência de instrução e conciliação do processo TRT/SP-96/70-A - Dissídio Coletivo, entre partes: Sindicato dos Empregados em Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo, como suscitante, e Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas do Estado de São Paulo, como suscitado. Apreçadas as partes. Compareceram devidamente representadas. Pelo Suscitante, o Sr. Wilson Torres, Presidente. Pelo Suscitado, o advogado Sérgio Rubens Maragliano. Após várias considerações, as partes chegaram ao seguinte Acórdão: 1º - reajustamento salarial de 25% (vinte e cinco por cento), incidindo sobre os salários da data-base, ou seja 1º de julho de 1969, já reajustados pelo acórdão anterior (processo TRT/SP-139/69-A); 2º - vigência de 12 (doze) meses, com início em 1º de julho de 1970 e vencimento em 30 de junho de 1971; 3º - para os empregados admitidos após 1º de julho de 1969 (data-base), fica assegurado um aumento proporcional na base de um doze avos do previsto na cláusula 1ª, por mês de serviço, e de maneira tal que os salários reajun-

reajustados dos empregados mais novos não superem os dos mais-
antigos na mesma função; 4º - serão compensados todos e quais-
quer aumentos havidos após a data-base, salvo os decorrentes de
promoção, transferência, equiparação salarial e aquisição de -
maioridade; 5º - fica estabelecido, para aplicação do presente-
reajustes um teto de Cr\$ 425,00 para qualquer tipo ou modalidade
de de salário; 6.º - ficam excluídas do presente acordo as Socie-
dades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas
que mantenham atividade hospitalar e que já estejam cumprindo a
sentença normativa decorrente do dissídio suscitado pelo Sindi-
cato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais, Clínicas, Casas
de Saúde contra o Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de -
Saúde, Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmanda-
des Religiosas do Estado de São Paulo, nos autos T.T/SP-43/70-A;
7º - fica estabelecido o desconto de 20% (vinte por cento) sô-
bre os aumentos salariais obtidos pelos empregados enquadrados-
na categoria profissional em consequência do presente acordo, -
desconto esse que será efetuado na folha de pagamento de julho-
de 1970, exceto para os profissionais liberais e os que exerçam
profissão diferenciada e que pertençam a Sindicato ou Federação
especificados, isto para fins de realização de obras Sociais do
Sindicato dos Empregados. Fica também claro que as importâncias
descontadas pela empresa serão recolhidas nos cofres do Sindica-
to dos Empregados e a responsabilidade do referido desconto ca-
berá exclusivamente ao Sindicato dos Empregados em Sociedades -
de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de -
São Paulo, seja qual for o caso, inclusive a hipótese de devolu-
ção. As partes requereram a homologação do acordo, após a audi-
ência da D. Procuradoria. Nada Mais. E, para constar, foi lavra-
do o presente termo que vai devidamente assinado pelo Sr. Presi-
dente, pelas partes e pelo Sr. Secretário, subscrito. (a) Econo-
mo Dinis Gonçalves, Presidente. (a) Wilson Torres. (a) Sérgio -
Rubens Maragliano. (a) Domingos Manoel Escalera, Secretário do

do Tribunal." **CERTIFICA MAIS**, que às fls. 32/35, verificou constar o **ACÓRDÃO** do teor seguintes: "Em timbre: (Armas da República. Poder Judiciário. Justiça do Trabalho. Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região). Processo THT/SP-96/70-A - Dissídio Coletivo (Acôrdo) - Capital. Acórdão nº 4.414/70. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Dissídio Coletivo - Acôrdo - (Processo THT/SP-96/70-A), da Capital, em que figuras como suscitante - Sindicato dos Empregados em Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo e como suscitado - Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas no Estado de São Paulo; **ACORDAM** os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, por maioria de votos, em homologar o acôrdo de fls. para que produza efeitos legais, vencidos os Exmos. Srs. Juizes Reginaldo Hunger e Nelson Virgílio do Nascimento que declaravam nulo o acôrdo, Bento Pupo Pesos que permitia o desconto apenas dos empregados associados, Raul Duarte de Azevedo, João Alberto Dressen e Antônio Lamarca que permitiam o desconto desde que expressamente autorizado. Custas em partes iguais sobre Cr\$ 500,00. **VOTO:** Adoto o relatório do Exmo. Sr. Relator deste processo. Homologo o acôrdo firmado às fls. 25/26, que é resultado da vontade das partes e cujo percentual não fere a política econômico-salarial do Governo. São Paulo, 6 de julho de 1970. (a) Honoro Piniz Gonçalves, Presidente. (a) - Nelson Tapajós, Relator Designado. (a) Vinicius Ferraz Torres, - Procurador (ciente)." **HADA MAIS**; R, para constar, cu,-----.

Wolastm Oficial Judiciário "PJ-5", com exercício na Seção de Transferidos e Cartidões, extraí e datilografei a presente, que vai assinada e conferida pelo Chefe da mesma Seção, *Wolastm* que dá fé, visada pelo Diretor do Serviço Judiciário, *Wolastm* e pelo Secretário do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região.

Região, *D. S. L. C.* . São Paulo, vinte e -
três de julho de mil novecentos e setenta.....
.....

RECEBUE DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Para: *199 363*
N.º *181*
Fl. *181*
[Signature]

O Secretário do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, Domingos Manoel Escalera, CERTIFICA, a pedido verbal da pessoa interessada, que revendo nesta Secretaria o processo nº TRT/SP-94/71-A, cujas partes são: Suscitante — SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO e Suscitados — SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, dadas, às fls. 22/23, verificou constar o ACÓRDO do teor seguinte: "Em timbre: (Armas da República. Justiça do Trabalho). ATA nº 69/71. Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de mil e novecentos e setenta e um, na sala de audiências do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, à avenida Rio Branco, 235 sexto andar, sob a presidência do Exmo Juiz Homero Diniz Gonçalves e com a presença do Sr. Secretário do Tribunal, Domingos Manoel Escalera, às treze horas, foi aberta a audiência de instrução e conciliação do processo nº TRT/SP-94/71-A - Dissídio Coletivo, entre partes: Sindicato dos Empregados em Sociedade de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo, como suscitante e Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Sociedade de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas do Estado de São Paulo, como suscitado. Aberta a audiência. Feito o pregão. Pelo suscitante compareceu o Sr. Wilson Torres, Presidente da entidade dos trabalhadores. O Sindicato dos Hospitais, compareceu devidamente representado pelo Sr. Leonel Barbosa Filho, assistido pelo advogado Dr. Sérgio Rubens Maragliano. Depois de várias considerações feitas sobre as particularidades da categoria, as partes, neste ato, se compuseram pondo fim ao dissídio, acordo amigável, realizado nas seguintes bases: 1ª - Reajustamento salarial de 22%, incidindo sobre os salários da data base, ou seja, 1º de julho de 1970, já reajustados pelo acordo anterior (Processo TRT/SP-96/70-A); 2ª - Vigên

Vigência de 12 meses, com início em 1º de julho de 1971 e vencimento em 30 de junho de 1972; 3ª) - Para os empregados admitidos após 1º de julho de 1970 (data base), fica assegurado um aumento proporcional na base de 1/12, do previsto na cláusula 1ª, por mês de serviço e de maneira tal que os salários reajustados dos empregados mais novos não superem aos dos mais antigos na mesma função; 4ª) - Serão compensados todos e quaisquer aumentos havidos após a data base, salvo os decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial e implimento de idade; 5ª) - Fica estabelecido, para aplicação do presente reajuste, um teto de - Cr\$550,00 (quinhentos e cinquenta cruzeiros) para qualquer tipo ou modalidade de salário; 6ª) - Ficam excluídos do presente - acordo as Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas que mantenham atividade hospitalar e que já estejam cumprindo a sentença normativa decorrentes do dissídio - suscitado pelo Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde contra o Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Sociedades de Beneficência, Ordens - Terceiras e Irmandades Religiosas do Estado de São Paulo, nos autos do processo TAT/SP-49/71-A; 7ª) - Fica estabelecido o desconto de 20% (vinte por cento) sobre os aumentos salariais obtidos pelos empregados enquadrados na categoria profissional em consequência do presente acordo, desconto esse que será efetuado na folha de pagamento de Julho de 1971, exceto para os profissionais liberais e os que exercem profissão diferenciada e que pertençam à Sindicato ou Federação especificadas, isto para fim de realização de obras sociais do Sindicato dos Empregados. Fica também claro que as importâncias descontadas pelas empresas serão recolhidas aos cofres do Sindicato dos empregados e a responsabilidade do referido desconto caberá exclusivamente ao Sindicato dos Empregados em Sociedade de Beneficência, Ordens - Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo, seja qual for o

o caso, inclusive a hipótese de devolução. As partes requereram a homologação do acordo efetuado na presente audiência, após a manifestação da D. Procuradoria. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente audiência, cujo termo após lido, foi assinado pelas partes presentes, pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente e pelo Secretário, subscrito. Presidente: (a) Homero Miniz Gonçalves. Partes: Wilson Torres. (a) Leonel Barbosa Filho. (a) Sérgio e Rubens Maragliano. Secretário: (a) Domingos Manoel Escalera."

CERTIFICA MAIS, que às fls. 29, verificou constar o **ACÓRDÃO** do teor seguinte: "Em timbre: (Armas da República. Poder Judiciário. Justiça do Trabalho. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região) Processo TRT/SP-94/71-A - Homologação de Acordo - Capital. Acórdão nº 4.875/71. Vistos, relatados e discutidos estes autos de homologação de acordo (Processo TRT/SP-94/71-A) da Capital, em que figuram como suscitante Sindicato dos Empregados em Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas - de São Paulo e como suscitados Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas do Estado de São Paulo; **ACORDAM** os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, por unanimidade de votos, homologar o acordo de fls., para que produza efeitos legais. Custas em partes iguais sobre Cr\$800,00. - São Paulo, 19 de julho de 1971. (a) Homero Miniz Gonçalves, Presidente. (a) Gilberto Barreto Fragoso, Relator. (a) Vinicius Ferraz Torres, Procurador (cliente)." NADA MAIS. E, para constar, eu, *Moisés* Oficial Judiciário "PJ-5", com exercício na Seção de Traslados e Certidões, extraí e datilografei a presente, que vai assinada e conferida pelo Chefe da mesma Seção, *J. Zaccari* que dá fé, visada pelo Diretor do Serviço Judiciário, *O. Habab* e pelo Secretário do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, *João*.

São Paulo, 10 de setembro de mil novecentos e setenta e um,---.



f13

Aos oito dias do mês de maio de, digo, junho de 1972, às 16.00 horas, na Sala de Reuniões do Serviço Sindical, sob a presidência do sr. Armando Tommasi, funcionário, compareceram: o Sindicato dos Empregados em Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de S. Paulo, representado pelo sr. - Wilson Torres, Presidente; O SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADES DE BENEFICIÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DO ESTADO DE SPAULO, representado pelo - Dr. Sergio Rubens Maragliano; com a finalidade de discutirem matéria relativa a reajuste salarial. Abertos os trabalhos, pelo representante do Sindicato dos Empregados, foi requerida a juntada aos presentes autos dos documentos de fls. 4/12. As partes discutiram longamente a matéria e não chegaram a um entendimento, razão por que requereram a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, a fim de ser instaurado o competente dissídio. Nada mais.-----

[Assinaturas manuscritas]



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO

DRT/SP- 237.147/72

Senhora Diretora:

O Sindicato dos Empregados em Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo, solicitou fôsse convocado o Sindicato dos Hospitais, - Clínicas, Casas de Saúde, Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas do Estado de S. Paulo, para o fim - de em mesa redonda, ser discutida a base de um acôrdo para reajustamento salarial.

Em reunião realizada nesta Delegacia na data de ontem (08-06-72), as partes não se conciliaram, motivo por que foi requerida a remessa dos autos ao E. Tribunal Regional do Trabalho, para o fim de instauração de dissídio coletivo.

A consideração de V.Sa.

São Paulo, 09 de junho de 1972

ALAN DO NASCIMENTO FALLEIROS

CHEFE DA SACA

Tendo em vista a informação supra, à consideração do Senhor Delegado, propondo pelo encaminhamento dos autos ao Tribunal do Trabalho.

São Paulo, 09 de junho de 1972

Marilena Moraes Barbosa Funari
MARILENA MORAES BARBOSA FUNARI

DIRETORA DO SERVIÇO SINDICAL

DE ACÓRDO:

ENCAMINHE-SE ao Egrégio
Tribunal Regional do Trabalho.

São Paulo, 9 de junho de 1972


ALUYSIO SIMÕES DE CAMPOS

DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO

RECEBIDO	EM	13	6	72
----------	----	----	---	----

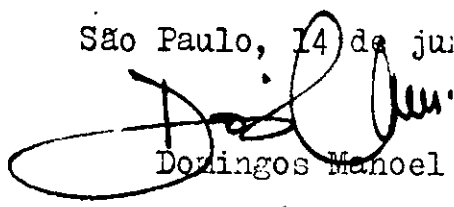
EXMO. SR. PRESID NTE,

Cumpridas as exigências legais, o Sindicato dos Empregados em Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo - requer a instauração do presente dissídio coletivo contra o Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Sociedade de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas do Estado de São Paulo para que sejam apreciadas as reivindicações constantes da Ata de fls. 6.

No tocante à reconstituição salarial, já existem nos autos os elementos necessários.

À elevada consideração de V. Ex^a.

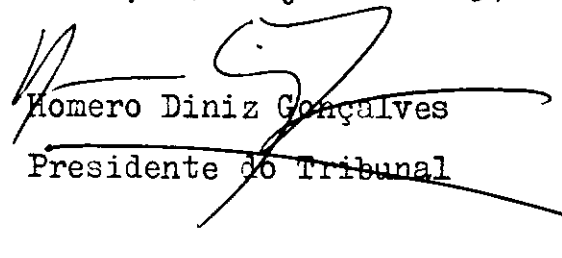
São Paulo, 14 de junho de 1972


Domingos Manoel Escalera
Secretário do Tribunal

Ao Serviço de Estatística para a / reconstituição salarial da categoria, em conformidade com o Prejulgado 38, do C. Tribunal Superior do Trabalho e demais normas vigentes.

A seguir, notificadas as partes, de signe-se audiência de instrução e conciliação.

São Paulo, 14 de junho de 1972


Homero Diniz Gonçalves
Presidente do Tribunal

16

[Handwritten signature]

CÁLCULO DE RECONSTITUIÇÃO SALARIAL, DE ACÓRDO COM O PREJULGADO Nº 38/71,
DO C. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E COM A LEI Nº 5451, DE 12 DE JUNHO DE 1968.

TRT/SP Nº 98/72-A - DISSÍDIO COLETIVO - CAPITAL

SUSCITANTE - SIND. DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS
TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE S. PAULO

SUSCITADO - SIND. DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADES DE
BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DO
ESTADO DE S. PAULO

MESES E ANOS	ÍNDICES DO SALÁRIO NOMINAL	COEFICIENTES DE CORREÇÃO SALARIAL	ÍNDICES DO SALÁRIO REAL
julho 70	100	1,45	145,00
agosto	100	1,42	142,00
setembro	100	1,40	140,00
outubro	100	1,36	136,00
novembro	100	1,34	134,00
dezembro	100	1,32	132,00
janeiro 71	100	1,31	131,00
fevereiro	100	1,29	129,00
março	100	1,27	127,00
abril	100	1,25	125,00
maio	100	1,23	123,00
junho	100	1,22	122,00
julho (122)	127,40	1,20	152,90
agosto	127,40	1,17	149,05
setembro	127,40	1,15	147,00
outubro	127,40	1,14	145,50
novembro	127,40	1,12	142,70
dezembro	127,40	1,11	141,50
janeiro 72	127,40	1,09	139,00
fevereiro	127,40	1,08	138,00
março	127,40	1,06	135,00
abril	127,40	1,04	132,50
maio	127,40	1,02	130,00
junho	127,40	1,01	129,00
			3.268,15

17
9/10

3.268,15	:	24	=	136,20	(SALÁRIO REAL MÉDIO)
136,20	x	1,06	=	144,50	
144,50	:	127,40	=	1,1350	
113,50	-	100	=	13,50%	
13,50	+	3,50	=	17,00%	
127,40	x	1,1700	=	149,10	
149,10	:	122	=	1,2250	
122,50	-	100	=	<u>22,50%</u>	(PERCENTUAL ENCONTRADO)

Obs.- ÚLTIMO REAJUSTAMENTO: 1º de julho de 1971.
(coeficientes aplicados por extrapolação).
(122 x 1,0441 = 127,40)

SÃO PAULO, 14 DE junho DE 1.972.

Walter Roberto Silva
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA
E ESTUDOS ECONÔMICOS

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
2ª REGIÃO - S.P.
S. E. E. E. - S. J.



18
A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Ofício STE.- 001106/07

EM 14 DE junho DE 1.972.

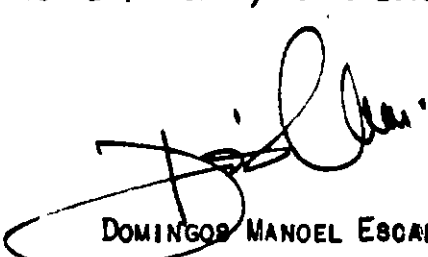
Ao Sind. dos Emp. em Soc. de Benf., Ord. Terc. e Irm. Relig. de SP.
Sind. dos Hosp., Clínicas, Casas de Saúde, Soc. de Benef., Ord. Terc.
e Irm. Relig. do Est. SP.

DISSÍDIO COLETIVO - TRT/SP Nº 98/72-A

SUSCITANTE: ~~Sind. dos Emp. em Soc. de Benef., Ordens Terceiras e Irman-~~
~~dades Religiosas de SP.~~

SUSCITADO : ~~Sind. dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Soc. de Benf.~~
~~Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas do Est. SP.~~

DE ORDEM DO EXMO. SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL, NOTIFICO
V.SA. DE QUE FOI DESIGNADO O DIA 21 DE junho DE 1972, ÀS 14,00
catorze) HORAS, PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E
CONCILIAÇÃO, RELATIVA AO PROCESSO ACIMA REFERIDO, À AVENIDA RIO BRANCO, Nº
285 - 6º ANDAR, COM VISTA, PELO PRAZO DE 48 HORAS, AOS CÁLCULOS DE RECONS-
TITUIÇÃO SALARIAL.


DOMINGOS MANOEL ESCALERA
SECRETÁRIO DO TRIBUNAL

JUNTADA

Nesta data junto aos presentes autos
o seguinte documento:

1 RG. SC AOA nº 54/72

de 21.6.72

São Paulo, 21/6/72





ATA Nº 54/72

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às 14,00 horas, na sala de audiências do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Homero Diniz Gonçalves e com a presença do Secretário do Tribunal, Sr. Domingos Manoel Escalera, foi aberta a audiência de instrução e conciliação do processo TRT/SP 98/72-DISSÍDIO COLETIVO entre partes: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO, como suscitante e SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, como suscitado.

Feito o pregão.

Compareceu o Sindicato dos empregados devidamente representado pelo Sr. Wilson Torres, Presidente da entidade e pelo Sindicato dos Hospitais compareceu o Sr. Dr. Sérgio Rúbens Maragliano.

Após debates e considerações feitas pelas partes sobre as particularidades existentes na categoria profissional e econômica, chegaram as mesmas a uma composição amigável, pondo fim ao dissídio, acordo judicial efetuado nas seguintes bases:

1º- Reajustamento salarial de 23%, incidindo sobre os salários da data base, ou seja, 1º de julho de 1971, já reajustados pelo acordo anterior-Processo TRT/SP 94/71-A;

2º-vigência de 12 (doze) meses, com início em 1º de julho de 1972 e vencimento em 30 de junho de 1973;

3º- para os empregados admitidos após 1º de julho de 1971, a taxa de reajustamento incidirá sobre o salário de admissão, até o limite do que perceber o empregado mais antigo da instituição, no mesmo cargo ou função;

4º- serão compensados todos e quaisquer aumentos havidos após a data base, salvo os decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial e implemento de idade;

5º- fica estabelecido, para aplicação do presente reajuste, um teto de Cr\$800,00 (oitocentos cruzeiros) para qualquer tipo ou modalidade de salário;



69- ficam excluídas do presente acordo as Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas que mantenham atividade hospitalar e que já estejam cumprindo a sentença normativa decorrente do dissídio suscitado pelo Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde contra o Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas do Estado de São Paulo, nos autos do processo TRT/SP 77/72-A;

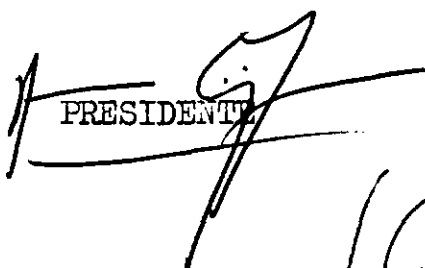
70- fica estabelecido o desconto de 20% (vinte por cento) sobre os aumentos salariais obtidos pelos empregados enquadrados na categoria profissional em consequência do presente acordo, desconto esse que será efetuado na folha de pagamento do mês de julho de 1972, exceto para os profissionais liberais e os que exercem profissão diferenciada e que pertençam a Sindicato ou Federação especificadas, isto para digo para fins de realização de obras sociais do Sindicato dos empregados. Fica também claro que as importâncias descontadas pelas empresas serão recolhidas aos cofres do Sindicato dos Empregados e a responsabilidade caberá exclusivamente ao Sindicato dos Empregados em Sociedades de Beneficência, Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo, seja qual for o caso, inclusive a hipótese de devolução.

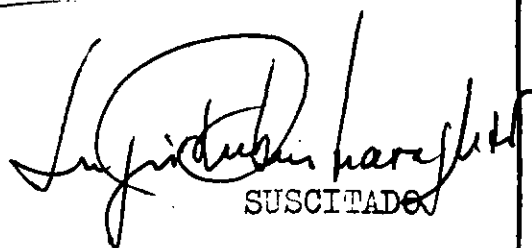
As partes acordantes requereram a homologação.

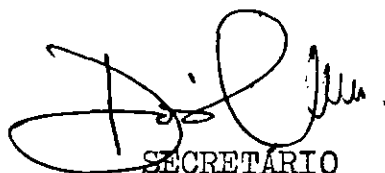
Remeta-se à PR.

NADA MAIS. E, para constar foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo Sr. Presidente, pelas partes e pelo Sr. Secretário do Tribunal, subscrito.


SUSCITANTE


PRESIDENTE


SUSCITADO


SECRETÁRIO

21

**SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA,
ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO**

P R O C U R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento de procuração, o SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, sediado à Rua Barão de Itapetininga nº 88 - 1º andar, nesta cidade, por seu presidente infra-assinado, nomeia e constitui / seus bastantes procuradores aos Drs. SERGIO RUBENS MARAGLIANO, DEUSDEDIT GOULART DE FARIA e NÉRIO S.W. BATTENDIERI, brasileiros, casados, advogados, sendo os dois primeiros com escritório em São Paulo, Capital, à Rua Barão de Itapetininga nº 88 - 1º andar - sala 109, e o último com escritório no Rio de Janeiro - Guanabara - à rua Santa Luzia nº 735 - 10º andar, para o fim especial de, com todos os poderes contidos na cláusula "ad judicium", representarem o outorgante perante a Justiça do Trabalho, em quaisquer de suas Instâncias ou Tribunais, nos autos de Dissídio Coletivo - TRT/SP nº 98/72-A -, em que figura como suscitante o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO e como suscitado o SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS, NO ESTADO DE SÃO PAULO, comparecendo a audiências, interpondo recursos, assistindo a julgamentos, requerendo e assinando o que de direito, acompanhando o processo em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive no Supremo / Tribunal Federal, enfim praticando todos os atos necessários / para o fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer.

18.º CANTO DE HOMENS DA CAPITAL
(Tabelionato BRUNO ZARATIN)
CARLOS ZARATIN JUNIOR
REYNALDO GIL ZARATIN
RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 88 SL
Reconheço

Em Testemunha de Verdade

BENEDITO F. DE CASTILHO
RONALDO R. ZARATIN
MARILENA T. ZARATIN
CARLOS ZARATIN JÚNIOR
CLAUDIO M. ZARATIN

TAXAS N.º 1145 POR VENDA

Paulo, 19 de junho de 1972

LEONEL BARBOSA FILHO
Presidente em Exercício

REMESSA

Nesta data, faço remessa dos presentes
autos à Douta Procuradoria Regional
do Trabalho.

São Paulo 21 de Junho de 1972

Secretário do Tribunal

Recebido em

A com.

Região

São Paulo

Procurador

Est

06

19

72

Secretaria

Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho da 2ª Região

Processo PR 4227/72 e nº TRT SP 98/72

Parecer PR 2961/72 e nº 217/72 da Dra. Pérola

SUSCITANTE: Sindicato dos Empregados em Sociedades Beneficientes,
Ordens Terceiras e Irmandades Religiosas de São Paulo

SUSCITADO : Sindciato dos Hospitais, Clinicas, Casas de Saude, Socieda-
des de Beneficiencia, Ordens Terceiras e Irmandades re-
ligiosas do Estado de São Paulo.

- P A R E C E R -

Nada temos a opôr à homologação do acôrdo
de fls.

São Paulo, 06 de julho de 1972

P. Sterman

PÉROLA STERMAN
Procurador Regional Substº

/esv



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO - SÃO PAULO

Processo T. R. T. - S. P. N. 98/72 A

Nesta data faço conclusos os presentes autos
ao Sr. Presidente do Tribunal.

São Paulo, 10 de julho de 1972

[Assinatura]

AO RELATOR
~~Relator~~

São Paulo, 10 de julho de 1972

Presidente

~~Sorteado~~ Relator o Sr. Juiz Gilberto Barreto Fragoso

Revisor o Sr. Juiz ROBERTO MARIO RODRIGUES MARTINS

São Paulo, 10 de julho de 1972

Presidente

Visto, ao Sr. Revisor.

São Paulo, 12 de julho de 1972

Relator

Recelhi hoje
Visto, ao Sr. Relator.

São Paulo, 17 de julho de 1972

Revisor

24
8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO — 2.ª REGIÃO — SÃO PAULO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Processo TRT/SP.....98/72 -A

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada, o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, julgando o processo, resolveu:- Por maioria de votos, homologar o acordo de fls. para que produza efeitos legais, vencido o Exmo. Sr. Reginaldo Mauger Allen. Custas em partes iguais sobre cr\$ 1.000,00 .

Presidiu o julgamento o Exmo. Sr. Juiz Homero Diniz Gonçalves

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Juizes Gilberto Barreto Fragoso, Reginaldo Mauger Allen, Nelson Virgilio do Nascimento, Affonso Teixeira Filho, José Cabral, Raul Duarte de Azevedo, Antonio Lamarca, Marcos Manus, Wilson de Souza Campos Batalha, Albino Feliciano da Silva, Nelson Tapa-jós, Roberto Barreto Prado, Roberto Mario Rodrigues Martins, Henrique Victor, Bento Pupo Pesce e Edgard Radesca

Relator: o Exmo. Sr. Juiz Gilberto Barreto Fragoso

Revisor: o Exmo. Sr. Juiz Roberto Mario Rodrigues Martins

Observações:

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

mlm/

São Paulo, 24 de julho de 19 72

Secretário do Tribunal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROCESSO TRT/SP-98/72-A- DISSÍDIO COLETIVO (ACORDO)

25
B

ACÓRDÃO

CAPITAL

Nº

43/4

172

V I S T O S, relatados e discutidos estes autos de Dissídio Coletivo (Processo TRT/SP-98/72-A) (Acordo) da Capital, em que figuram, como suscitante SINDICATO DOS EMPREGADADOS EM SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADA-DES RELIGIOSAS DE SÃO PAULO e como suscitado SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLINICAS, CASAS DE SAÚDE, SOCIEDADES DE BENEFICÊNCIA, - ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS NO ESTADO DE SÃO PAULO;

ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional do - Trabalho da Segunda Região, por maioria de votos, em homologar o acordo de fls. para que produza efeitos legais, vencido o Exmo. Sr. Reginaldo Mauger Allen.

Custas em partes iguais sobre R\$ 1.000,00.

São Paulo, 24 de julho de 1972.


HOMERO DINIZ GONÇALVES

PRESIDENTE


GILBERTO BARRETO FRAGOSO

RELATOR


PEROLA STERMAN

PROCURADORA

LR

(CIENTE)

R.26/7/72

D.27/7/72



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO

CERTIDÃO E REMESSA

CERTIFICO QUE A PARTE DECISÓRIA DÊSTE ACÓRDÃO FOI
PUBLICADA EM SESSÃO DO TRIBUNAL DO DIA 31/7/1.972 E NO
DIÁRIO OFICIAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO DO DIA 21/
8/1.972

NESTA DATA, FAÇO REMESSA DOS PRESENTES AUTOS AO
SERVIÇO PROCESSUAL.

SÃO PAULO, 2 DE 8 DE 1.972

J. h. D. O. e. d. o.
SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

26
ala

CERTIDÃO

Certifico que em 10/8/72
decorreu o prazo legal para a
interposição de recurso ordinário
São Paulo, 14 de 8 de 1972

Chefe da Seção Processual

PROVIDENCIADO

Ofício N.º 5146 / 72

Registro Postal 199.903

cujá cópia segue:-

Em 17 / 8 / 72

Alden Siqueira

pl CHEFE DA S. P.

27
A

5146/72

17 de agosto de 1972.

Diretor do Serviço Judiciário do TRT da 2a. Região

SIND. EMPREG. SOC. BENEFICENCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES
RELIGIOSAS DE S. PAULO - Av. Prestes Maia, 241-10º - Conj. 1009/11

Ac. 4314/72 - DISSÍDIO COLETIVO - ACORDO - CAPITAL

98 72

SIND. EMPREG. SOC. BENEFICENCIA, ORDENS TERCEIRAS E
IRMANDADES RELIGIOSAS DE S. PAULO

SIND. HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOC. DE BENEFI
CENCIA, ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DO
ESTADO DE S. PAULO

38,06 trinta e oito cruzeiros e seis centavos.-----

----- 0,10 dez centavos.-----

76

mb

PROVINCIA DO

Ofício N.º 5147 / 72

Registro Postal 199 904

cujas cópias seguem:

Em 17 / 8 / 72

Alfonso Scurzo
CHefe de S. P.

28
AR

5147/72

17 de agosto de 1972.

Diretor do Serviço Judiciário do TRT da 2a. Região
SIND.HOSP.CLÍNICAS,CASAS DE SAÚDE,SOC.BENEFICENCIA, ETC.
Rua Barão de Itapetininga, 88 - 1º andar - Capital

Ac. 4314/72 - DISSÍDIO COLETIVO - ACORDO - CAPITAL

98 72

SIND.EMPREG.SOC.BENEFICENCIA,ORDENS TERCEIRAS E
IRMANDADES RELIGIOSAS DE S.PAULO

SIND.HOSPITAIS,CLÍNICAS,CASAS DE SAÚDE,SOC.DE BENEFI
CENCIA,ORDENS TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE
ESTADO DE S.PAULO

38,06

trinta e oito cruzeiros e seis centavos.--.--

0,10

dez centavos.--.--.--

mb

6



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO — SÃO PAULO

N.º DE ORDEM 910/72

GUIA DE RECOLHIMENTO

N.º 308248

ÓRGÃO EMITENTE: SERVIÇO PROCESSUAL DO TRT DA 2ª REGIÃO

PROCESSO N.º TRT/SP 98/72 - Ac. 4314/72

RECLAMANTE OU RECORRENTE: SIND. EMPREGS. SOC. BENEFICÊNCIA, ORDENS, TERCEI-
RAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE S. PAULO.

RECLAMADO: SIND. HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOC. DE BENEFICÊNCIA,
ORDENS, TERCEIRAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DO EST. S. PAULO.

SIND. EMPREGS. SOC. BENEFICÊNCIA, ORDENS RELIGIOSAS, ETC.
DE S. PAULO.

val ao Serviço de Arrecadação de Custas e Emolumentos desta ^{Tribunal} recoller a importância de

Cr\$ 38,16 (Trinta e oito cruzeiros e dezesseis centavos)

) referente a custas e emolumentos:

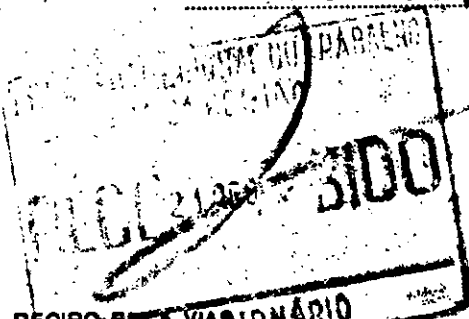
1.	da sentença	Cr\$
2.	da execução	Cr\$
3.	do agravo	Cr\$
4.	do contador	Cr\$
5.	do traslado	Cr\$
6.	do inquérito	Cr\$
7.	do recurso	Cr\$
8.	da certidão	Cr\$
9.	do depósito prévio	Cr\$
10.	Impresso	Cr\$ 0,10
11.	CUSTAS DE DISSÍDIO	Cr\$ 38,06
12.	Cr\$
13.	Cr\$
14.	Cr\$
TOTAL		Cr\$ 38,16

São Paulo

21 de

agosto

de 1972



RECIBO EM FUNCIONÁRIO

- 1.ª via — Contribuinte (verde)
- 2.ª via — Processo (azul)
- 3.ª via — S.O.C.P. (rosa)
- 4.ª via — Arquivar no Sece (amarela)
- 5.ª via — Para Controle na J. C. J. ou Tribunal (verde)

Assinatura
Lourdes



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CERTIFICO QUE FORAM PAGAS AS CUSTAS NA
IMPORTÂNCIA DE Cr\$ 38,16 (Trinta e oito
cruzeiros e dezesseis centavos) .-.-.-

CONFORME GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 308248

DE 21 DE agosto DE 197 2

22 DE agosto DE 197 2

Landes
FUNCIONÁRIO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO — SÃO PAULO

N.º DE ORDEM 918/72

GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 317256

ÓRGÃO EMITENTE: SERVIÇO PROCESSUAL DO TRT DA 2ª REGIÃO

PROCESSO N.º TRT/SP 98/72 - Ac. 4314/72

RECLAMANTE OU RECORRENTE: SIND. EMPREGS. SOC. BENEFICÊNCIA, ORDENS TERCEI-
RAS E IRMANDADES RELIGIOSAS DE S. PAULO.
RECLAMADO: SIND. HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, SOC. DE BENEFICÊNCIA,
ORDENS TERCEIRAS ETC.

SIND. HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE BENEFICÊNCIA ETC.

val ao Serviço de Arrecadação de Custas e Emolumentos desta ^{Tribunal} ~~Receita~~ recolher a importância de
Cr\$ 38,16 (Trinta e oito cruzeiros e dezesseis centavos)

) referente a custas e emolumentos:

1.	da sentença	Cr\$ 38,06
2.	da execução	Cr\$
3.	do agravo	Cr\$
4.	do contador	Cr\$
5.	do traslado	Cr\$
6.	do inquérito	Cr\$
7.	do recurso	Cr\$
8.	da certidão	Cr\$
9.	do depósito prévio	Cr\$
10.	impresso	Cr\$ 0,10
11.		Cr\$
12.		Cr\$
13.		Cr\$
14.		Cr\$
TOTAL		Cr\$ 38,16

São Paulo

23

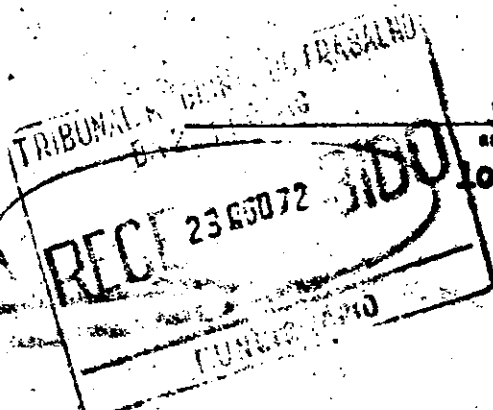
de

agosto

de 1972

RECIBO EM 5 VIAS

- 1.a via — Contribuinte (branca)
- 2.a via — Processo (azul)
- 3.a via — S. O. C. P. (rosa)
- 4.a via — Arquivar no Saco (amarela)
- 5.a via — Para Controle no J. C. J. ou Tribunal (verde)



assinatura
Lourdes



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

CERTIFICO QUE FORAM PAGAS AS CUSTAS NA
IMPORTÂNCIA DE CR\$ 38,16 (Trinta e oito
cruzeiros e dezesseis centavos) .-.-.-.-.

CONFORME GUIA DE RECOLHIMENTO Nº 317256

DE 23 DE agosto DE 1972

24 DE agosto DE 1972

Amendes
FUNCIONÁRIO

CONCLUSÃO

Nesta data, não concluídos os autos os
autos ao Exmo. sr. Juiz PRESIDENTE

DO TRIBUNAL
São Paulo, 24 de 8 de 1972

[Assinatura]
SECRETÁRIO DO T.R.T.

ARQUIVADO

São Paulo 24/8/1972

[Assinatura]
Presidente

